

Ontologia do real e ética da afirmação em Clément Rosset

Silvia Pimenta Velloso Rocha*

Resumo: A obra de Clément Rosset propõe uma maneira singular de responder a pergunta filosófica sobre o mundo (que caracterizo aqui como uma ontologia do real) e uma reflexão sobre a dimensão prática de tal saber, que diz respeito a como viver em tal mundo (que procurei caracterizar como uma ética da afirmação). Rigorosamente antimetafísica, a ontologia rossetiana nega a hipótese de que a realidade aparente seja a expressão de uma essência. Se a função da metafísica é promover a busca da verdade, a função prioritária de um pensamento antimetafísico é libertar-nos da *crença* na verdade: é a recusa de transcendência que possibilita a afirmação do real em sua imanência. Ontologia do real e ética da afirmação se mostram como dois lados da mesma moeda.

Palavras chave: Clément Rosset; ontologia do real; antimetafísica

Ontologie du réel et éthique de l'affirmation chez Clément Rosset

Résumé : L'œuvre de Clément Rosset propose une réponse singulière à la question philosophique sur le monde (que je caractérise ici comme une ontologie du réel), aussi bien qu'une réflexion sur la dimension pratique de ce savoir qui concerne la manière de vivre dans un tel monde (caractérisée comme une éthique de l'affirmation). Rigoureusement antimétaphysique, l'ontologie rossetienne nie l'hypothèse que la réalité apparente soit l'expression d'une essence. Si le but de la métaphysique est la recherche de la vérité, la fonction prioritaire d'une pensée antimétaphysique est de nous libérer de la *croiance* en la vérité: c'est le refus de la transcendance qui permet l'affirmation du réel dans son immanence. L'ontologie du réel et l'éthique de l'affirmation se présentent comme les deux faces d'une même pièce.

Mots-clés: ontologie du réel; antimétaphysique ; Clément Rosset

O pensamento de Clément Rosset se inscreve numa tradição materialista e rigorosamente antimetafísica que remonta aos Sofistas, epicuristas e céticos da antiguidade e que tem em Nietzsche seu maior representante moderno. Por serem antimetafísicas, essas doutrinas foram invariavelmente vistas como antifilosóficas, pois negam aquilo que parece constituir o próprio ser da filosofia: a busca da verdade e a crença na capacidade da razão de atingir a essência das coisas. De fato, um tal pensamento levanta necessariamente a questão: o que é a filosofia (se não é a busca da verdade)? Para que serve a filosofia (se não para nos conduzir à verdade)? Qual pode ser a tarefa da filosofia, de que modo ela pode *dizer* seu objeto?

* Professora Associada da UERJ/Febf. Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Contato: silviapimental@gmail.com

Seria até possível fazermos uma leitura da história da filosofia a partir dessa chave, mostrando de que modo os contemporâneos e sucessores desses pensadores se dedicaram a denunciar seu “irracionalismo” (anti-racionalismo seria um termo mais adequado) e a expulsá-los do campo da filosofia - de Platão e Aristóteles contra os sofistas a Kant contra o ceticismo, para ficar nos exemplos mais conhecidos.

A obra de Clément Rosset propõe, para essa questão da tarefa da filosofia, uma dupla abordagem: uma maneira singular de responder a pergunta filosófica sobre o mundo (que vou denominar aqui de *ontologia do real*) e uma reflexão sobre a dimensão prática de tal saber, que diz respeito a como viver em tal mundo (que procurarei caracterizar como uma ética da afirmação).

* * *

A crítica rossetiana à metafísica se dirige em primeiro lugar à ideia de Natureza. Desde Platão e Aristóteles, a tradição filosófica concebe a natureza como um princípio racional que preside a constituição do mundo e determina suas leis. O conceito de Natureza, nesta acepção, designa uma esfera da ordem e da necessidade, em contraposição simultaneamente ao reino do artifício – definido como aquilo que resulta da intervenção humana – e ao reino do acaso, constituído por aquilo que independe de toda lei.

A esta concepção, Rosset contrapõe a interpretação materialista que afirma o acaso como princípio suficiente para dar conta do que existe. O *acaso* é entendido não como o encontro fortuito de duas séries causais, nem como uma exceção do princípio de causalidade, mas como a ausência mesma de tal princípio. A existência de um universo ordenado e de uma natureza submetida a leis não contradiz uma tal hipótese: sendo capaz de produzir infinitas combinações, o acaso é por definição capaz de produzir também seu aparente contrário que é a ordem – como ilustra o célebre argumento epicurista segundo o qual um número infinito de combinações aleatórias das letras do alfabeto irá produzir o texto integral da *Ilíada* e da *Odisséia*¹. Assim, a ordem natural é ela mesma um produto do acaso, e não a expressão de alguma lei ou racionalidade, muito menos de uma intenção.

Se a própria natureza deve sua existência ao acaso, segue-se que os fenômenos naturais são contingentes, isto é, tão “artificiais” quanto quaisquer outros: a

¹ ROSSET, 1989a, p. 126

possibilidade de distinguir natureza e artifício segundo o critério da necessidade torna-se assim impossível. Nesse sentido, natureza e artifício não mais designam dois aspectos complementares da existência, mas duas formas de interpretar o mundo: a primeira, característica da metafísica, busca um fundamento para dar conta do que existe; a segunda, característica de um pensamento materialista, prescinde de um tal fundamento.²

Esta concepção do acaso não exclui a noção de necessidade, mas antes a recobre inteiramente. A necessidade é simultânea e contemporânea do próprio fato, *se confunde* em última análise com o fato e não pode ser invocada para explicá-lo. Porque ocorreu, o evento se revela necessário. Assim, a oposição metafísica entre acaso e necessidade dá lugar à noção de uma *necessidade trágica*: o que existe é necessário, mas esta necessidade não deriva de qualquer lei e não tem, por sua vez, nenhuma racionalidade.

Assim, contra a ontologia do Ser que caracteriza o pensamento metafísico, Clément Rosset propõe uma *ontologia do real*. Esta ontologia retoma a concepção sofisticada de que a realidade não passa de aparência, no sentido em que não oculta qualquer essência por trás de seu aparecer. O real se confunde com o conjunto das coisas existentes, sem deixar nenhum “resto” metafísico.

Encontramos aqui outro aspecto marcante do pensamento de Rosset: a singularidade do real, isto é, seu caráter simples, único, imanente. Afirmar o real como estrita singularidade implica que ele é ontologicamente insignificante, já que privado de qualquer instância capaz de lhe conferir razão ou fundamento; mas implica também que ele está condenado a permanecer alheio a toda significação, resistindo a toda tentativa de conhecimento: "Se o real é o simples, ele falhará sempre em ser reconhecido, já que um tal reconhecimento implica, pela insistência de seu ‘re’, o complemento de um Outro que sua própria definição exclui." ³

Aqui nos deparamos com o caráter aparentemente paradoxal desse tipo de projeto. Para falar da ausência de sentido, qualquer discurso é necessariamente impotente e toda palavra seria, por definição, excessiva. Mas a questão que se coloca é: excessiva em quanto? ⁴ Se todo discurso produz sentido e instaura por si só um efeito de transcendência, isso não implica que todos o façam da mesma forma ou na mesma medida. Em *Lógica do Pior*, Rosset afirma que para fazer falar o silêncio seria preciso

² Idem, p. 66

³ ROSSET, 1979, p. 17

⁴ ROSSET, 1989 a, 81

dispor de uma palavra mágica, capaz de falar sem nada dizer: no contexto da obra em questão, trata-se do termo *acaso*.⁵

Podemos levantar a hipótese de que esta característica se aplique igualmente aos demais conceitos que marcam o pensamento de Rosset – como é o caso dos termos *aparência*, *materialismo*, *artifício*. Trata-se aqui de conceitos fundamentalmente *negativos*, cuja função prioritária é a de esvaziar o pensamento de sua carga metafísica, destituindo a ilusão de transcendência que caracteriza nossa percepção habitual e possibilitando a afirmação do mundo em sua imanência. Podemos sugerir que acaso, materialismo e artifício são antiprincípios⁶ – conceitos que se propõem menos a dizer o que o mundo é do que esvaziar a pretensão filosófica de obter um conhecimento teórico do mundo, destituindo a ilusão metafísica de um mundo dotado de sentido.

* * *

Assim entendida, a função teórica da filosofia revela-se fundamentalmente *negativa*: segundo a tradição metafísica, a tarefa do filósofo consiste em dizer o que é (ou seja, dizer o Ser); concebida como pensamento da imanência, trata-se de dizer *o que o Ser não é*, ou seja, trata-se de afirmar uma ontologia do real. Pois um mundo sem ser não é um mundo sem realidade: o que se nega aqui não é a existência de uma instância ontológica, mas a hipótese de uma *duplicação* ontológica: a hipótese de que a realidade aparente seja a expressão de uma essência, de que o fluxo do devir seja a manifestação de um mundo do ser, que a existência sensível seja o desdobramento de uma instância suprassensível e assim por diante.

Em todo pensamento metafísico, a aparência só “é” na medida em que é expressão de uma essência, da qual ela retira seu ser e que lhe dá consistência ontológica. Esse mecanismo de duplicação, segundo Rosset, constitui a própria essência da metafísica, que superpõe ao mundo sensível, do devir e da contingência, um mundo inteligível, de necessidade e permanência.

É precisamente esta duplicação que se encontra aqui recusada: o acaso não supõe um princípio de causalidade constituído do qual ele seria a exceção, mas indica a inexistência mesma de tal princípio: ele “só designa o ato mesmo da negação, sem referência precisa ao que nega”.⁷ O artifício não consiste em uma esfera segunda,

⁵ Idem, p. 79.

⁶ Evocando aqui a noção proposta por Rosset em *Lógica do Pior*.

⁷ Idem, p. 89.

derivada de uma natureza constituída ou originária, mas designa a "natureza" mesma de tudo o que existe. O materialismo não consiste em explicar a realidade a partir de causas materiais, mas em "explicá-la sem o recurso à ideia de causa."⁸ A aparência não consiste na manifestação de uma essência, mas em uma *pura aparência*, que não remete a nada fora de si mesma - como um avesso ao qual não corresponde nenhum direito. Trata-se, em cada caso, de conceitos inteiramente imanentes que não retiram seu sentido de uma oposição metafísica, não se inscrevem em nenhuma dicotomia. Nesse sentido, o pensamento de Rosset constitui um desdobramento do projeto nietzschiano de pensar para além das dicotomias metafísicas.

Mas esse saber negativo é ainda um saber sobre o real. Não se trata, portanto, de uma "ontologia negativa" no sentido de Eckhart, de uma suspensão do juízo ao estilo cético ou de uma crítica de inspiração kantiana sobre os limites do conhecimento; porque a filosofia rossetiana propõe um saber a respeito do mundo, enuncia algo sobre o real, a saber, seu caráter imanente e destituído de fundamento. Daí sugerirmos a expressão aparentemente tautológica de *ontologia do real*.

* * *

Assim definida, a filosofia revela-se como tendo uma função higiênica, de purgar os excessos do pensamento e garantir a saúde. A analogia entre filosofia e medicina é recorrente na história do pensamento, presente na metáfora que associa a saúde – entendida como o bem-estar do corpo – à sabedoria, definida como bem-estar da alma. Ela está presente em pensadores de todas as tradições, mas aparece de modo particularmente significativo nos pensadores de inspiração materialista ou antimetafísica, justamente porque estes recusam à razão as pretensões teóricas ao conhecimento.⁹ Para Epicuro, por exemplo, a cura não é apenas uma consequência da atividade filosófica, mas seu objetivo prioritário.

Mas contrariamente à medicina – que é uma intervenção ativa – a higiene é uma prática estritamente preventiva, que visa a retirar o excesso, purgar e depurar. A higiene atua ali onde não há nada a curar, mas apenas um excesso que impede as funções fisiológicas de atuarem adequadamente.

⁸ ROSSET, 1973, p. 69

⁹ Desenvolvi essa ideia em "O pensamento da imanência ou a filosofia como terapia ». (ROCHA, 2001)

Ora, esse "excesso" é precisamente a busca da transcendência, que se manifesta no discurso da metafísica e da moral, mas que está igualmente presente na visão do senso comum, que acredita em uma realidade dotada de sentido. O homem não sofre de uma falta – como sustenta a tradição metafísica – mas de um excesso, que consiste em buscar uma instância capaz de conferir sentido e fundamento à existência. A função terapêutica da filosofia – e a "cura trágica" que ela possibilita¹⁰ – consiste em destituir esse referencial metafísico.

É o que nos diz uma passagem de *O Princípio de Crueldade*: "Em outras palavras, uma verdade filosófica é de ordem essencialmente higiênica: ela não fornece nenhuma certeza, mas protege o organismo mental contra o conjunto de germes portadores da ilusão e da loucura."¹¹

Dito de outro modo: se a função prioritária da metafísica é promover a busca da verdade, a função prioritária de um pensamento antimetafísico é libertar-nos da *crença* na verdade.

Esta função higiênica se propõe menos a dizer seu objeto do que a destituir as interpretações metafísicas que concebem um mundo dotado de sentido e finalidade. É o que sugere *O Princípio de Crueldade*: "O interesse principal de uma verdade filosófica consiste em sua *virtude negativa*, quero dizer, em seu poder de dissipar ideias muito mais falsas do que a verdade que ela enuncia a contrario."¹² Para cumprir adequadamente esta função, tais conceitos devem *retirar*, mais do que postular; silenciar, mais do que enunciar; apagar, mais do que revelar. Como procuramos mostrar acima, é justamente o que ocorre com os termos acaso, matéria, artifício.

Em *O Princípio de Crueldade*, retomando ainda a analogia com a saúde, Clément Rosset distingue entre os filósofos curandeiros e os filósofos médicos: os primeiros, representados pela tradição metafísica, "não têm nada de sólido para opor à angústia humana, mas dispõem de uma gama de falsos remédios capazes de adormecê-la por um certo tempo"; os segundos, aqueles que sustentam um pensamento materialista e imanente, "dispõem do verdadeiro remédio e da única vacina (...), mas este é de tal força que, se eventualmente reconforta as naturezas saudáveis, tem como outro e principal efeito o de fazer perecer imediatamente as naturezas fracas".¹³ Esse

¹⁰ ROSSET, 1973, p. 31

¹¹ Idem, 1989b, p. 34

¹² 1997, p. 49

¹³ 1989^a, p. 29

risco inerente ao saber trágico nos remete à ambivalência do termo grego *pharmakon*, que pode significar tanto remédio quanto veneno.

Trata-se nos dois casos de uma estratégia para trazer um alívio: no primeiro caso, o conforto é trazido pela certeza de que há o objeto de sua busca: o Ser, a verdade, a finalidade, a Natureza; no segundo, o conforto decorre da afirmação de que não há um tal objeto, de modo que é a própria ideia de busca que se torna sem sentido. Rosset acrescenta ainda que, do mesmo modo que a medicina só pode curar aqueles que têm uma reserva de saúde, a filosofia – entendida aqui como pensamento da imanência ou ontologia do real – só pode auxiliar a quem de certo modo já detém o saber que ela pode lhe transmitir.

* * *

Encontramos aqui as implicações éticas dessa posição filosófica. A distinção entre saúde e doença é análoga à que existe entre a posição pessimista e a posição trágica. De fato, o mundo que o pessimista vê é o mesmo que vê o trágico: um mundo sem sentido e sem finalidade, sem transcendência e sem qualquer valor senão aqueles que o próprio homem pode lhe atribuir. O que distingue ambas as posições é a capacidade de *afirmar* este mundo. Lamentando a ausência de uma instância suprassensível, o pessimista permanece preso ao referencial cuja inexistência pretende denunciar. A posição trágica, por sua vez, recusa a existência de tal instância – e esta recusa é uma posição ética que não se apoia sobre nenhum fundamento, sobre nenhuma verdade.

Vemos assim que a expressão *lógica do pior* pode ter dois sentidos bem diferentes: para o pessimista, o pior designa uma lógica do mundo (que se revela insuficiente), para o trágico, “uma lógica do pensamento (descobrimo-se incapaz de pensar um mundo).”¹⁴ A lógica do pior conduz a uma ética da afirmação.

Pode parecer contraditório enfatizar o aspecto *negativo* de uma filosofia que se pretende eminentemente afirmativa. Mas ocorre que a negação incide sobre as pretensões teóricas da razão e sua busca de transcendência; a afirmação remete a uma consequência prática que é decorrente desta mesma negação – ou antes, simultânea a ela.¹⁵ Em outras palavras, o termo *negativo* se opõe aqui à ideia de *positividade* (isto é, a

¹⁴ 1989 a, p. 20

¹⁵ Este aparente paradoxo está igualmente presente no pensamento de Nietzsche, que o formula em uma passagem de *Ecce Homo*: “O problema psicológico do tipo Zaratustra é o problema daquele que, em grau

uma ontologia do Ser ou da substância), mas não à ideia de *afirmação*. Ao contrário, se a duplicação metafísica do mundo tem como consequência uma recusa do real, é a recusa de toda transcendência que possibilita a afirmação do real em sua imanência. Ontologia do real e ética da afirmação se mostram como dois lados da mesma moeda.

Referências Bibliográficas

NIETZSCHE, F. *Gaia Ciência*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005

_____. *Ecce Homo*. Porto Alegre: L&PM, 2003

ROCHA, S. P. V. O pensamento da imanência ou a filosofia como terapia. *Revista Ethica*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 09-20, 2001.

ROSSET, Clément. *Le Réel: Traité de l'Idiotie*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1977.

_____. *L' Anti-Nature*. Paris : Presses Universitaires de France, 1973.

_____. *L'Objet Singulier*. Paris: Les Editions de Minuit, 1979.

_____. *O Real e seu Duplo*. Tradução de José Thomaz Brum. Porto Alegre: L&PM, 1988.

_____. *Lógica do Pior*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, 1989 a.

_____. *O Princípio de Crueldade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989 b.

_____. *Le démon de la tautologie*. Paris: Minuit, 1997.

Recebido em 01/04/2019

Aprovado em 01/07/2019

inaudito, diz não, faz não a tudo aquilo que se disse sim até hoje, e apesar disso pode ser a antítese de um espírito que nega.” *Ecce Homo*, “Assim Falou Zaratustra”, § 6.